

## **POLÍTICAS PÚBLICAS FEMINISTAS, ECONOMIA SOLIDÁRIA E IDENTIDADE REGIONAL: UM OLHAR A PARTIR DO PROGRAMA MULHERES MIL**

Ludimila Brasileiro Guirra Coutor<sup>1</sup>  
Lindalva Rubim<sup>2</sup>

**Resumo:** Este é um trabalho de pesquisa que tem como objeto de investigação a despatriarcalização das políticas públicas, partindo de uma análise crítica sobre os avanços e limitações do programa Mulheres Mil (PMM) na Bahia, entre os anos de 2011 e 2014. Este estudo analisa as estratégias de empoderamento da mulher e a despatriarcalização das políticas sociais como percursos fundamentais na efetivação das políticas públicas feministas. Fazer o levantamento e a sistematização desses dados é fundamental para a operacionalização de tais políticas não meramente como uma ação a mais, mas como uma política norteadora de um processo eficaz na transformação estrutural na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A economia solidária é eixo de investigação, nesta pesquisa, como itinerário importante para a construção de políticas sociais que promovam o resgate da identidade cultural e o empoderamento da mulher.

**Palavras-chave:** Políticas Feministas, Despatriarcalização, Mulheres Mil, Economia Solidária, Identidade Regional.

Este é um trabalho de pesquisa, em andamento, que tem como objeto de investigação a despatriarcalização das políticas públicas, partindo de uma análise crítica sobre os avanços e limitações do programa Mulheres Mil (PMM) na Bahia, entre os anos de 2011 e 2014. Este estudo analisa as estratégias de empoderamento da mulher e a despatriarcalização das políticas sociais como percursos fundamentais na efetivação das políticas públicas feministas. A economia solidária é eixo de investigação, nesta pesquisa, como itinerário importante para a construção de políticas sociais que promovam o resgate da identidade cultural e o empoderamento da mulher.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade. Professora do Departamento Acadêmico de História do IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia . prof.ludimila@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora: Lindalva Rubim. Pós-doutora pela Universidade de Buenos Aires. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). lindasorubim@gmail.com.

O Mulheres Mil é um programa de extensão oferecido nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifs) em todo território nacional. Programa gestado em 2005 e concretizado, primeiramente, a partir de uma parceria entre o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e os *colleges canadenses*<sup>3</sup>. Sua efetivação, enquanto programa institucional, ocorre em sistema de cooperação entre o governo brasileiro e canadense, representado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (Cida/ACDI) e a Associação do Colleges Comunitários do Canadá (ACCC)<sup>4</sup>.

O programa Mulheres Mil foi implantado na Bahia em 2008 - a princípio como projeto piloto no campus Salvador do IFBA - e seu processo de interiorização pelo estado acontece entre os anos de 2011 e 2015. Os cursos ofertados pelo Mulheres Mil abrangem a formação inicial e continuada (FIC), qualificação profissional e cursos técnicos<sup>5</sup>. Os Institutos Federais (Ifs) são incumbidos pela execução do PMM, sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

A SETEC foi responsável pela expansão do programa por todo o território nacional, inicialmente nos Institutos Federais das regiões norte e nordeste - Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins – e, posteriormente, nas demais regiões do país. São programas concretizados através das Pró-reitorias de extensão dos Ifs, integrando as ações do Plano Brasil Sem Miséria<sup>6</sup> e constituindo as políticas voltadas para a inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social, assim como “integra o conjunto de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero.” (VERGO, Terezinha M. W., 2014, p. 2093).

<sup>3</sup> Instituições canadenses que oferecem cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho. Para mais informações sobre o assunto ver: FERRARI, Mari. A internacionalização dos Institutos Federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302015000401003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401003). Acesso: 25 de nov. 2019.

<sup>4</sup> Para mais informação sobre o assunto ver em: Portal MEC. Projeto Piloto Programa Mulheres Mil. 2018.

<sup>5</sup> Informações sobre o assunto ver em: Portal MEC. Programa Mulheres Mil. 2018.

<sup>6</sup> O Plano Brasil Sem Miséria foi criado, durante o governo Dilma Rousseff, com o objetivo de superar a extrema pobreza do país. Plano este coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para mais informações sobre o assunto ver em: Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria. 2012.

Analisar as políticas públicas feministas a partir de um olhar que busca entender a dimensão das políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil e seu impacto na vida das mulheres beneficiárias de tais políticas é extremamente importante, no entanto, antes de esmiuçarmos a discussão a respeito do programa Mulheres Mil e o seu impacto social na vida das mulheres da cidade de Seabra-BA - egressas do programa ofertado através de uma política de extensão nos Institutos Federais – dou início a este debate fazendo uma análise mais abrangente a respeito das políticas públicas feministas.

A cidade de Seabra, situada na região da Chapada Diamantina, *locus* de investigação desta pesquisa, onde serão analisados os dados levantados no campus Seabra do IFBA. Este campus foi definido como foco de investigação da pesquisa porque refere-se a uma região, até então, pouco analisada em termos de políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade. Especialmente no que concerne às políticas públicas transversais, como o programa Mulheres Mil.

Ainda sobre a necessidade da realização de uma pesquisa nesta cidade/região: há uma diferença explicitamente perceptível quando se trata do acesso à renda fixa das alunas do programa Mulheres Mil, por exemplo, após a conclusão dos cursos, no momento em que examinamos a realidade da capital como Salvador-BA e das cidades do interior da Bahia. Desigualdades, especialmente, no que concerne: ao nível de escolaridade, ao acesso à informação, à renda fixa <sup>7</sup>, saúde, inclusão digital. E, principalmente, no acesso aos mecanismos de combate à violência contra a mulher.

Vale ressaltar que esta pesquisa não pretende dar conta da discussão sobre as políticas públicas feministas em sua totalidade, diante da sua multifacetada e complexa

---

<sup>7</sup> Realidade da cidade de Seabra, cujo salário médio mensal em 2016, era de 1.9 salários mínimos, destacando o caso dos trabalhadores formais. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.9%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.6% da população nessas condições. Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2019

composição. Visa, antes de mais nada, dar visibilidade e voz, assim como, analisar a repercussão de tais políticas na vida das egressas e suas demandas sociais.

Início este debate a partir da seguinte interpelação: o programa Mulheres Mil trata-se de uma política pública feminista ou uma política voltada para as mulheres? Ao fazer uma investigação minuciosa do eixo curricular norteador do programa Mulheres Mil<sup>8</sup> e o contexto político em que este programa é estruturado, para que possamos entender melhor a complexidade das políticas voltadas para as mulheres - assim como entender melhor as barreiras sociais alicerçadas, muitas vezes, sutilmente em tais políticas - dou início a esta discussão, analisando o que é política pública.

Numa perspectiva ampla, segundo Saraiva (2006), é definido como:

(...) um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006, p. 29).

Dessa maneira, políticas públicas feministas, em linhas gerais, são voltadas para a modificação estrutural na vida das mulheres, através dos mecanismos de autonomia e empoderamento, sustentada numa visibilidade de ações, pensamentos e ideias dessas mulheres. Localizada numa estrutura homogeneizante e universalizante de sociedade, é fundamental contextualizar esta análise a partir do debate a respeito da sociedade patriarcal que ainda toma como pressuposto para conceber tais políticas a perspectiva androcêntrica<sup>9</sup>.

Afinal, é sabido que historicamente a maior parte do que se tem documentado cientificamente, de modo geral, está fundamentado numa perspectiva androcêntrica de análise. Apesar de muitos avanços, “as pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.” (SCOTT, 1995, p. 73).

<sup>8</sup> Programa este em que atuei como professora e gestora entre os anos de 2009 e 2013.

<sup>9</sup> Androcetrismo é a visão de mundo (ocidental) que toma o homem, o sexo masculino, como centro/referência. Para mais informações ver em : MORENO SARDÁ, Amparo. El Arquetipo Viril protagonista de la historia. 2ª Edição, Barcelona: Ediciones LaSal, 1986.

A cultura androcêntrica tem como referência uma narrativa homogênea e universal de sociedade, sendo assim: heteronormativa, etnocêntrica e patriarcal. Portanto, para uma ação eficaz das políticas voltadas para as mulheres - sobretudo mulheres em situação de vulnerabilidade social - é necessário partir de uma mudança epistêmica para que o alcance de um patamar de políticas feministas e não apenas política para as mulheres. Como mais um dado das políticas assistencialistas. Assim como, a despatriarcalização dessas políticas como caminho norteador para se aproximar de tal processo.

Seguindo nesta perspectiva de análise, ao examinar o perfil “curricular-normativo” do programa Mulheres Mil (PMM) – e os cursos oferecidos neste programa, com uma preocupação voltada apenas para a formação técnica e capacitação profissional, sem levar em consideração as particularidades dessas mulheres: mães, trabalhadoras, donas de casa, desempregadas, viúvas, lésbicas, mães solo, etc.

Uma primeira observação é que estaremos tratando de políticas para as mulheres, colocando ênfase neste plural, pois entendemos que as mulheres são muito diversas nas suas condições de exercício da cidadania. Não podemos dizer a mulher brasileira, mas é preciso entender sua diversidade, tanto no que se refere a suas condições econômicas, como sua heterogeneidade étnica, racial e cultural. Certamente a apreensão desta disparidade torna a proposição das políticas mais complexa, trazendo mais desafios para a construção da igualdade, mas é essencial que se leve em conta esse aspecto na implantação dessas políticas. (SOARES, V. 2004, p. 113).

A partir de tal observação, é notório que o PMM está situado num conjunto de políticas públicas voltadas para as mulheres. Todavia, submetido a uma estrutura institucional patriarcal: seja na elaboração ou na sua operacionalização. É imprescindível, dessa maneira, considerar as condições para a implementação de tais políticas públicas.

Antes de aprofundar a análise sobre o PMM especificamente, vale destacar o peso institucional, o lugar-território social em que é ofertado um programa de extensão voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade: o Institutos Federais, que são as antigas Escolas Técnicas Federais (ETF) e antigas Escolas de Aprendizes e Artífices.

Trata-se de uma instituição constituída com o intuito de formar jovens, do sexo masculino, para atender ao mercado de trabalho do crescente setor industrial no Brasil<sup>10</sup>.

Historicamente as mulheres tinham iniciado, em décadas anteriores, um caminho em busca da formação, mas este é o momento em que adentram no processo de formação técnica industrial. Isto explica a crescente presença de estudantes do sexo feminino em escolas tradicionalmente masculinas, como a ETFBA, mas não representou uma ampliação sensível da participação das mulheres no setor de produção (...) Esta realidade permite entender como a ETFBA reproduziu as bases da sociedade capitalista, marcada pela divisão social e sexual do trabalho e os fundamentos de um modelo de desenvolvimento reprodutor das desigualdades em implantação no país. (BRITO.; VANIN, 2017, p. 12).

Dessa maneira, é irrefutável situar o lugar social de uma instituição historicamente voltada para a formação de jovens do sexo masculino e o(s) perfil(s) dos cursos que são oferecidos no programa Mulheres Mil: cuidadora de idosos, cuidadora infantil, culinária, artesanato, etc. Instituição e cultura de funcionamento patriarcal, num constante processo de “adaptação” social das mulheres aos espaços historicamente androcêntricos. Portanto, é basilar ponderar os propósitos velados na oferta de cursos de formação específicos para mulheres em situação de vulnerabilidade. Permitindo, dessa maneira, uma releitura dos programas de extensão voltados para as mulheres, nomeadamente o programa Mulheres Mil oferecido nos Ifs.

O Programa Mulheres Mil proporcionou aumento da autoestima, considerável processo de mudança interpessoal e intrapessoal, visibilidade social na área educacional e maior participação das egressas na comunidade local; mas, não foi capaz de alterar o cenário de vulnerabilidade social em que se encontravam as mulheres participantes da política; ou seja, ele não contribuiu de maneira significativa para a elevação da escolaridade e para a entrada e/ou retorno dessas mulheres ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2013; RIBEIRO, 2013; LAGOS, 2014; ARAÚJO, 2015; BRAVIN, 2015; SILVA, T. M., 2015; NASCIMENTO, 2015; PEREIRA, 2015; SILVA, C. R. C., 2015; TELES, 2015; GOIS, 2016; FERREIRA, 2016).

A partir de tais constatações, fica claro a respeito do PMM:

---

<sup>10</sup> Para mais informações sobre a história da educação profissional no Brasil ver em: SILVA, Naiaranize Pinheiro da. Juventude e escola : a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas. E ver em: BRITO, Sônia M. da S.; VANIN, Iole M. Formação técnico-industrial e mercado de trabalho na Bahia: relatos de estudantes da escola técnica federal da bahia, na década de 1970.

Além disso, o programa após a sua finalização, não foi capaz de incentivar a continuidade dos estudos, devido a dificuldades que as prefeituras têm na estruturação de turmas que atendam à disponibilidade das egressas, que enfrentam, na maioria das vezes, obstáculos para gerir o trabalho, a casa e a escola, demonstrando a continuidade dos modelos tradicionais de gênero, que sobrecarregam as mulheres, em virtude do tempo consumido com as tarefas do cuidado. (CORCETTI; SOUZA e LORETO, 2018, p. 934).

Isto posto, deixo claro aqui o quão importante é sinalizar o meu lugar de fala - como professora e gestora do Mulheres Mil, no Campus Salvador e Seabra-BA, entre os anos de 2009 e 2013 - neste processo de análise, da mesma maneira, evidenciar o lugar de fala das egressas que estão sendo investigadas. Dessa maneira, olhar estas mulheres em sua humanidade completa, a partir do experienciar de suas particularidades, é fundamental para (re)conhecê-las profundamente e entender os papéis sociais desempenhados, fruto de uma relação de opressão historicamente naturalizada. Categorizar o PMM como uma política social voltada para as mulheres e não uma política pública feminista, significa localizá-lo no âmbito das políticas sociais “neutralizadas<sup>11</sup>”.

No cenário das políticas públicas temos, no Brasil, a política em questão – Programa Mulheres Mil – política que, vista de maneira superficial, sem uma análise profunda, parece resolver a situação de extrema pobreza a partir da capacitação das mulheres beneficiadas pelo programa. Mas ao aprofundar estudos sobre a política, percebemos que a capacitação não tem, por si, necessariamente, como consequência tirá-las da situação de extrema pobreza. Os cursos ofertados até podem permitir que elas adentrem no mundo do trabalho. Mas não se trata de uma simples relação diploma-trabalho. Até mesmo porque, os cursos têm curta duração, sendo impossível o desenvolvimento de profissões complexas, que exijam aprofundamento de saberes, o que lhes proporcionaria, talvez, possibilidade de ocupar espaços no mundo do trabalho com maiores rendimentos financeiros. (TAVARES, P. e ARAUJO, J. 2018, p. 7).

Dessa maneira, a despatriarcalização das políticas públicas estaria alicerçada no suporte teórico das Epistemologias do Sul, como uma das diretrizes teóricas necessárias

---

<sup>11</sup> O conceito foi utilizado entre aspas, políticas sociais “neutralizada”, no intuito de salientar que não existe um posicionamento neutro. A neutralidade é um posicionamento político a favor do opressor. Para mais informações sobre o assunto ver em Djamila Ribeiro: “Não há nada neutro - ao contrário, há uma posição ideológica muito evidente de se continuar perpetuando as opressões” (RIBEIRO, 2018, p. 29).

para a construção de um olhar crítico bem fundamentado a respeito desse debate. Compreendendo as políticas públicas feministas em suas perspectivas antipatriarcais<sup>12</sup> - que promovam a equidade de gênero, autonomia e empoderamento da mulher, assim como a “eliminação da condição precária de cidadania das mulheres” que vivem em situação de vulnerabilidade - requer pensar a desconstrução de toda uma estrutura patriarcal, pois “las mujeres antes eran dependientes de sus maridos y ahora algunas han pasado a ser dependientes del Estado y del gran capital.” (BARRENO, C. F. 2019).

No caso específico do PMM vale ressaltar a necessidade de construir novos olhares sobre a capacitação profissional, especialmente, sobre os cursos que são frequentemente ofertados. Cursos estes que permanecem centrados em áreas cuja formação curricular reproduzem as relações de dominação a que essas mulheres são submetidas: culinária, artesanato, recepcionista, cuidadora infantil e de idosos. Segundo as palavras de Clarisa Barreno: “Un caso inconsciente de defensa de la institucionalidad patriarcal que ha oprimido desde siempre a las mujeres”. (BARRENO, C. F. 2019).

Ainda, cursos de formação profissional que contribuem no processo de reprodução do lugar social de opressão da mulher em situação de vulnerabilidade, em sua maioria: negra, quilombola, indígena,<sup>13</sup> . O lugar social do cuidado<sup>14</sup>:

Por conseguinte, muitas das políticas públicas continuam a ver as mulheres como promotoras do bem-estar social, correndo-se o risco de as políticas públicas educacionais de gênero também continuarem sendo orientadas, na sua maioria, às mulheres de baixa renda da área urbana e rural, com o objetivo de que elas possam aperfeiçoar suas habilidades na costura, na nutrição, na saúde, no planejamento familiar, no secretariado e no artesanato, para que seus filhos possam ter melhores oportunidades de vida. (STROMQUIST, 1996).

<sup>12</sup> A luta anti-machista não necessariamente é uma luta contra o sistema/sociedade patriarcal. Utilizo o conceito “despatriarcalização” no sentido de evidenciar que a formulação de políticas públicas voltadas para as mulheres tem o intuito de ser até uma política social anti-machista, no entanto, sem a finalidade de alterar a estrutura hierarquizada nos papéis sociais de gênero da sociedade. Desse modo, não se torna uma política pública antipatriarcal.

<sup>13</sup> Dados segundo KIPNIS, Beatriz Junqueira. Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. São Paulo 2015, p. 12.

<sup>14</sup> Para mais informações sobre o assunto ver em: FARIA, N; NOBRE, M. FARIA, N; NOBRE, M. Gênero e desigualdade. São Paulo: SOF, 1997.

Todavia, não podemos descartar as dificuldades institucionais encontradas pela gestão de programas de extensão como o Mulheres Mil, na organização pedagógica e infraestrutura escolar para oferecer cursos de formação profissional que superem o estigma da “aptidão”, “vocação” e das “habilidades” dessas alunas. Sendo assim: superem o estigma do “trabalho de mulher”.

As áreas são diversas e buscam convergir para as habilidades das alunas e a vocação da região. Por isso foram oferecidos cursos de corte e costura, governança (camareira), alimentos, cuidador domiciliar e artesanato. Vale ressaltar que respeitar as aprendizagens não formais e contribuir para a (re)descoberta de talentos foi uma questão-chave na implantação do Mulheres Mil, e a contribuição valiosa dos colleges canadenses, que há décadas implantaram o processo de Reconhecimento da Aprendizagem Prévia (RAP), válida e certifica os conhecimentos acumulados no decorrer da vida. (MULHERES MIL, 2011, p.8).

Trata-se, acima de tudo, de pensar melhorias e avanço das políticas públicas voltadas para as mulheres, diagnosticando suas limitações. Uma das estratégias a ser utilizada para o diagnóstico das limitações é conhecer, de maneira mais detalhada, o perfil das participantes que frequentam os cursos do PMM, já que lidamos com um público bastante heterogêneo. Não refutar o lugar hierarquizado da mulher em situação de vulnerabilidade social na sociedade patriarcal ento/eurocêntrica nesse estudo, é um passo importante para o longo percurso que é a despatriarcalização de políticas públicas voltada para as mulheres e a construção de políticas públicas antipatriarcais. “Ou seja, existe uma construção nas estruturais sociais marcadas pelo patriarcalismo que constitui - internaliza e naturaliza- a condição da mulher como o Outro, o não sujeito de direitos. Opera a discriminação e submissão das mulheres nas esferas pública e privada, com alto grau de conformação entre ambos.” (BEDÍA, 2014).

Sendo assim, evidenciando as especificidades do que chamamos “políticas públicas voltadas para as mulheres”. As especificidades dessa prática nos remete a articulações em dois campos: a despatriarcalização das políticas sócias voltadas para as mulheres em situação de vulnerabilidade e a constituição de políticas públicas

antipatriarcais. “O desafio é poder visibilizar o alcance destas políticas públicas em fazer a diferença nas vidas das mulheres que se encontram em maior vulnerabilidade social.” (VERGO, T. M.W., 2014, p. 2093).

Consiste, dessa maneira, em romper com um feminismo etnocêntrico que corrobora para a inalteração do lugar socioeconômico de mulheres em situação de vulnerabilidade, seja das comunidades periféricas e/ou que compõem grupos sociais mais oprimidos: negras, indígenas, lésbicas, trans, etc. Significa desconstruir o lugar de subalternidade socioprofissional de cuidadora, camareira, artesã, corte e costura no seu processo de formação nos cursos oferecidos de programas como o Mulheres Mil.

Nesse sentido, COSTA e ÁVILA elucidam:

Com a irrupção dessas vozes histórica e estruturalmente reprimidas ou sem espaço, a discussão sobre diferença se desloca do plano de uma dicotomia de gênero (a diferença entre homens e mulheres, entre masculino e feminino) e caminha rumo à exploração das diferenças entre as mulheres e no interior das mulheres (...) revelando o reconhecimento de que o campo social está intersectado por várias camadas de subordinação que não podem ser reduzidas unicamente à questão de gênero. (COSTA, C. L.; ÁVILA, E. 2005, p.692).

Ao reconhecer que o PMM é uma política social voltada para as mulheres e não política feminista, fica claro o porquê da desatenção com as questões de gênero, por exemplo, no percurso formativo curricular dos cursos ofertados. Uma análise interseccional como passo impreterível para a concepção e concretização das políticas públicas, é um importante ponto na medida em que revela questões e tensões latentes: ser mulher, mulher negra, mulher trans, mulher lésbica, ser mulher com necessidades especiais, etc.

Portanto, sinalizo o quão displicente é, ao mesmo tempo que complexo, dar efetividade a um programa social voltado para mulheres em situação de vulnerabilidade sem levar em conta a perspectiva de gênero no processo estruturação curricular de um programa voltado para a formação/capacitação profissional. Vale destacar que “o gênero opera como uma estrutura de poder, da mesma forma que a classe, a raça ou a

cultura. (...) O conceito de gênero identifica os espaços materiais e simbólicos nos quais as mulheres têm uma posição de desvantagem social.” (BEDÍA, 2014, p. 10).

Suscito ainda a importância de olhar as mulheres egressas em suas múltiplas e complexas situações de vulnerabilidade ao conceber que “vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos”<sup>15</sup>

A partir desta reflexão é oportuno analisar os critérios estabelecidos pelas equipes gestoras do PMM para definir quais mulheres necessitam/necessitavam daquela formação, naquela região. Sendo assim, quais “corpos que pesam”<sup>16</sup>? Vale ressaltar que diante das dificuldades em estabelecer parcerias institucionais, na região de Seabra e Chapada Diamantina, e o pouco recurso destinado ao programa, era perceptível, que havia dificuldade em fazer um levantamento mais aprofundado dos perfis das mulheres em situação de vulnerabilidade da região, e articular as demandas socioeconômicas dessas mulheres aos cursos oferecidos. Elementos que instigaram a pesquisa e o aprofundamento das questões levantadas.

A partir das ponderações postas acima, faço minhas as palavras da professora Francesca Gargallo:

Hoje considero que a maior dificuldade está na minha formação como filósofa acadêmica e como ativista feminista urbana, que me limita para entender totalmente as formas e transformações das relações entre mulheres e homens de povos que estão fortalecendo a sua identidade na luta pelo território e a sua riqueza cultural. (GARGALLO, 2015. p. 47)

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre o assunto ver em: Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Cadernos de Saúde Pública e Assistência Social. Rio de Janeiro. Março de 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistncia-social#C9> Acesso: 26 nov. 2019.

<sup>16</sup> Para mais informações sobre o assunto ver em: BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira L. (Org.). O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

Fazer o levantamento e a sistematização desses dados é fundamental para a operacionalização de tais políticas não meramente como uma ação a mais, mas como uma política norteadora de um processo eficaz de transformação estrutural na vida de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Assim, apresento a seguinte reflexão, que será ainda aprofundada: analisar, a partir do PMM, como a economia solidária pode funcionar no sentido de uma implementação eficaz de tais políticas. Sendo assim, como uma estratégia de concretização de políticas públicas feministas de maneira eficaz no empoderamento das mulheres e no resgate da sua identidade regional.

## REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. , América Latina e o giro Decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, número 11, 2013, p. 89-117.

BARRENO, C. F. El feminismo antipatriarcal. Revista On-line Leer y Difundir, Opiniones Informadas. 27 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.leerydifundir.com/2019/04/el-feminismo-antipatriarcal/> Acesso: 14 jul. 2020.

BEDÍA, Rosa Cobo. Aproximações à teoria crítica feminista. Boletim do Programa de formação, nº 1, ano 1, junho 2014. Disponível em: <https://www.cladem.org/images/pdfs/publicaciones/regionales/feminismo-por/BOLETIN-CLADEM-VERSION-PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASIL. Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Programa Mulheres Mil. Brasília: MEC/SETEC, 2012. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/03/Guia-Metodologico-do-sistema-de-acesso-permanencia-e-exito.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Revista um ano de resultados do Plano Brasil sem miséria. 2012. Disponível em: <<http://brasilsemisericia.gov.br/documentos>> Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. Acesso em: 25 de nov. 2019.

BRITO, Sônia M. da S.; VANIN, Iole M. Formação técnico-industrial e mercado de trabalho na Bahia: relatos de estudantes da escola técnica federal da bahia, na década de

1970. (Anais Eletrônicos), Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*. In: LOURO, Guacira L. (Org.). *O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade*. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição. Autêntica. Belo Horizonte, 2000.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; MANTOVANELLI JÚNIOR; Oklinger. Existe alguma região para desenvolver? Um questionamento desde o pensamento social latino-americano. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 2, 2018, p. 91-106. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3586/660>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo Marcos; NEGHERBON, Caroline Laíza; BRITO, Vivian. Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS* - v. 17, n. 2, abr./jun. 2020

CAMARGO, M. *O lugar da mulher na relação de violência: o mito da passividade e a construção da identidade de gênero em nossa sociedade*. Porto Alegre: Casa de Apoio Viva Maria; Secretaria Municipal de Saúde, 1998.

CORCETTI, E.; SOUZA, S. P. e LORETO, M<sup>a</sup> das D. S. 2018, O “Programa Mulheres Mil” no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 911-943, jul./set. 2018 Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362018005002104&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362018005002104&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 01 de junho de 2020.

CURIEL, Ochy. “Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America latina y el Caribe” Parte de esto ponencia fue presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires. 2009.

DIÁRIO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA-BA, Lei Nº. 270 / 05, De 27 de setembro de 2005. Disponível em: [www.diariooficialdosmunicipios.org/prefeitura/seabra](http://www.diariooficialdosmunicipios.org/prefeitura/seabra). Salvador • Quarta-feira • 18 de outubro de 2006 • Ano XCI • Suplemento Especial Diário Oficial dos Municípios No 19.248. Prefeitura Municipal de Seabra. Acesso em: 20 de julho de 2020.

FARIA, N; NOBRE, M. FARIA, N; NOBRE, M. *Gênero e desigualdade*. São Paulo: SOF, 1997.

FAUSTINO, C. Precisamos construir outras compreensões sobre a realidade da vida antes que não caibamos mais nela. In: FAUSTINO, C; CABNAL, L. et. al. Outras economias: alternativas ao capitalismo e ao atual modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2018. (pp.17-22).

FERRARI, Mari. A internacionalização dos Institutos Federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302015000401003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000401003) . Acesso: 25 de nov. 2019.

GARGALLO, Francesca. Feminismos desde Abya Yala : Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América. Cidade do México: Editorial Corte y Confección, 2014.

KIPNIS, Beatriz Junqueira. Mulheres em situação de vulnerabilidade social: Contextos, Construção Simbólica e Políticas Públicas. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/pibic/mulheres-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-contextos-construcao-simbolica-e> Acesso em: 20 de jul. 2020.

MULHERES MIL: EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://mulheresmil.mec.gov.br/o-que-e-44388>. Acesso em: 14 mar. 2015

OLIVEIRA, M. A. S. M. Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino. Desde el feminismo comunitario. 1ª Edição, LaPaz, Cooperativa El Rebozo, Enero de 2010.

PEREIRA, J. S. A. Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

PORTAL MEC. PROGRAMA MULHERES MIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil/cursos-ofertados>. Acesso em: 05 de mar. 2017>.

PORTAL MEC. PROJETO PILOTO PROGRAMA MULHERES MIL. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/267-programas-e-aco-es-1921564125/programa-mulheres-mil-1429950593/62641-projeto-piloto-2> . Acesso em 02 de nov. 2019.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria de Política Pública. Políticas Públicas: Coletânea - Volume 1. Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 15, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-98.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009. Cadernos de Saúde Pública e Assistência Social. Rio de Janeiro. Março de 2018. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/393/o-conceito-de-vulnerabilidade-e-seus-sentidos-para-as-politicas-pblicas-de-sade-e-assistencia-social#C9> Acesso: 26 nov. 2019.

SILVA, Naiaranize Pinheiro da. Juventude e escola : a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas. Tese doutorado. FAGED/UFBA, 2016.

SOARES, V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. pp. 113-126.

STROMQUIST, N. P. Políticas públicas de Estado e equidade de gênero: perspectivas comparativas. Revista Brasileira de Educação, n. 1, p. 27–49, jan./abr. 1996.

SUBIRATS, Joan et al. Análisis y gestión de políticas públicas. Barcelona: 73 Editorial Ariel, 2012.

TAVARES, P. M. e ARAUJO, J. J. O Programa Mulheres Mil como uma Possibilidade de Autonomia para Mulheres em Vulnerabilidade Social. Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad. V. 04, ed. especial, fev. artigo no 758, e-ISSN: 2525-7870, 2018.

VERGO, Terezinha M. W. Autonomia e empoderamento das mulheres usuárias das políticas públicas sociais: algumas considerações a partir das teorias políticas feministas no trato dos conceitos de empoderamento e autonomia para as mulheres. 2014, pp. 2092-2112